

ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELA GESTÃO ESCOLAR PARA LIDAR COM AS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

Flávia da Cruz Carneiro

RESUMO

Este artigo foi baseado na experiência da autora como diretora, embasado em autores como BERNARDINHO (2006) e CHARLOT (2006), focando nas práticas de gestão e políticas educacionais para prevenir e combater às violências no ambiente escolar, que afetam negativamente a dinâmica educacional, interferindo no processo de ensino-aprendizagem e no relacionamento entre alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. A partir desses problemas, a pesquisa buscou avaliar como essas políticas e práticas são aplicadas e sua efetividade no enfrentamento dessas manifestações. A pesquisa, de caráter qualitativo, enfatiza que a compreensão do fenômeno é mais relevante do que sua quantificação. Utilizando um método descritivo e interpretativo, a autora investigou a efetividade das políticas e práticas implementadas no cotidiano escolar, coletando dados a partir de perguntas abertas e fechadas dirigidas a 30 responsáveis e 20 alunos via Google Forms. O estudo propõe que é fundamental investigar as causas da violência, estabelecendo estratégias que promovam comprometimento, respeito mútuo, disciplina, ética e hábitos positivos no convívio escolar e social.

Palavras Chaves: políticas educacionais, ambiente seguro, estratégias, gestão, prática.

INTRODUÇÃO

A violência no ambiente escolar constitui um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino contemporâneas, afetando a qualidade do processo educacional e o bem-estar de toda a comunidade escolar. Essa problemática manifesta-se de várias formas, incluindo agressões físicas e verbais, bullying, vandalismo, além de comportamentos desrespeitosos que comprometem a convivência e a aprendizagem.

A escola, enquanto espaço de formação cidadã, tem a responsabilidade de promover ambientes seguros, acolhedores e que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. Para isso, é imprescindível que a gestão escolar implemente estratégias eficazes na prevenção e no combate à violência, alinhadas às políticas públicas e às recomendações teórico-práticas de autores renomados na área de gestão educacional e políticas educativas, como Bernardino (2006) e Charlot (2006).

Este estudo, por meio de uma abordagem qualitativa, investiga a aplicação de práticas e políticas adotadas por uma escola, a partir da experiência da autora enquanto diretora, e avalia sua efetividade no enfrentamento às manifestações violentas. O objetivo principal é compreender como as ações da gestão contribuem para a construção



de um ambiente escolar mais seguro, promovendo o respeito mútuo e a disciplina positiva.

Diante do exposto, esta pesquisa buscou responder às seguintes perguntas: Quais estratégias são utilizadas pela gestão escolar para prevenir e combater a violência? Essas estratégias são eficazes na redução dos índices de manifestações violentas? Para tanto, foi adotado um método descritivo e interpretativo, fundamentado na coleta de dados por meio de questionários aplicados a responsáveis e alunos, com foco na percepção acerca das ações implementadas e seus resultados.

Marco Teórico

A reflexão sobre a violência escolar e a sua prevenção tem fundamentação teórica em diversos autores e correntes que tratam da gestão escolar, políticas públicas e mediação de conflitos. Destacam-se, neste estudo, as contribuições de Bernardinho (2006) e Charlot (2006), cujas obras dialogam com a necessidade de estratégias institucionais planejadas, participativas e que promovam uma cultura de paz e respeito.

Segundo Bernardinho (2006), a gestão escolar deve ser proativa e participativa, valorizando a formação de uma cultura de convivência harmoniosa, que envolva toda a comunidade escolar. A gestão eficiente deve promover ações que envolvam os estudantes, professores, responsáveis e funcionários, criando condições de diálogo, participação democrática e resolução pacífica de conflitos. Para Bernardinho, a escola precisa estabelecer práticas que privilegiem valores éticos, a disciplina positiva e o estímulo à convivência saudável.

Charlot (2006) acrescenta que a violência escolar é muitas vezes reflexo de desigualdades sociais, dificuldades na implementação de políticas educativas adequadas e de práticas pedagógicas que não consideram as diferenças culturais e sociais dos estudantes. Para ele, a escola deve atuar na promoção de um ambiente que favoreça o desenvolvimento de habilidades sociais, empatia e autoconhecimento, reforçando o papel da mediação de conflitos e das ações educativas de sensibilização e conscientização.

A Lei nº 13.695/2018, que trata da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, reforça a necessidade de ações educativas que promovam a cultura de paz, a resolução não violenta de conflitos e o respeito às diferenças. Essas políticas, apoiadas nas bem fundamentadas obras de Bernardinho e Charlot, convergem para uma



visão de gestão que valorize a prevenção, o diálogo e a construção de uma cultura de paz.

No contexto da escola, estratégias adaptadas às suas especificidades incluem a implementação de campanhas de conscientização, fortalecimento da autoestima dos estudantes, treinamento de professores em mediação de conflitos, o uso de tecnologias de segurança, além de ações participativas com a comunidade escolar. Essas práticas são essenciais para estabelecer uma rotina escolar mais pacífica, colaborativa e democrática, contribuindo para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e interpretativo, visando analisar de forma aprofundada as estratégias implementadas pela gestão escolar no enfrentamento e na prevenção da violência no ambiente educacional. A opção pelo método qualitativo justifica-se pela possibilidade de captar, com maior sensibilidade, as percepções, vivências e posturas dos diferentes sujeitos que compõem o cotidiano escolar, permitindo compreender as dinâmicas internas e os significados atribuídos às ações desenvolvidas. A pesquisa contou com a participação voluntária de 30 responsáveis pelos estudantes e 20 alunos da escola, selecionados de maneira não probabilística, por conveniência, levando em consideração a disponibilidade e o interesse em contribuir com a pesquisa.

Foram utilizados formulários no Google Forms, contendo perguntas abertas e fechadas, que abordaram aspectos como percepção das ações de gestão, avaliação da efetividade das estratégias, sugestões de melhorias e fatores que contribuem para a violência na escola.

Os formulários foram enviados por meio do grupo de Whatsapp da escola, proporcionando acessibilidade e maior alcance aos participantes. Os dados foram coletados ao longo de três semanas, garantindo o tempo necessário para respostas qualificadas e reflexivas.

A análise foi realizada de maneira interpretativa, com a categorização das respostas a partir de categorias temáticas emergentes, buscando identificar padrões, percepções comuns e diferenças na avaliação das ações da gestão escolar.

Ao delimitar o estudo por uma escola específica, buscou-se compreender a aplicação das políticas em um contexto real, com suas particularidades sociais, culturais



e institucionais, contribuindo para análises que possam ser replicadas ou ajustadas a outras realidades escolares.

Resultados

A análise das respostas revelou uma percepção majoritária de que as ações implantadas pela gestão têm contribuído significativamente para a redução da violência no ambiente escolar. A seguir, destacam-se os principais resultados decorrentes da pesquisa.

A maioria dos responsáveis (aproximadamente 85%) acredita que as estratégias adotadas, especialmente a mudança no horário do recreio, foram eficazes na diminuição das agressões físicas e verbais. Muitos relataram uma melhora na tranquilidade do cotidiano escolar e na disposição dos filhos para frequentar as aulas.

Os estudantes relataram maior sensação de segurança e maior convivência pacífica após a implementação das medidas. Muitos indicaram que as ações de mediação de conflitos, bem como a conscientização promovida por campanhas escolares, contribuíram para diminuir comportamentos violentos.

Entre as ações destacadas pelos entrevistados, estão a troca de horários de recreio, instalação de câmeras de segurança, realização de campanhas de conscientização, formação de counsellors escolares para mediação e a realização de reuniões com a comunidade escolar. Essas ações são vistas como complementares e potencializadas quando atuam de forma integrada. As ameaças surgem e os que antes eram circunstâncias em salas de aula se tornam cada vez mais recorrente e assustador. Com as violências aumentando, investir em um sistema de monitoramento por câmeras se tornou uma opção eficaz para reduzir estes episódios. É dever de cada instituição tomar todas as medidas necessárias de segurança e prevenção para garantir que as dependências da escola estejam todas seguras durante todo o tempo. Trancar as portas e contar com o apoio de uma equipe de segurança no local, não é mais suficiente nos dias atuais para proporcionar uma grande segurança física.

Nos últimos tempos, além das frequentes brigas em sala de aula, têm ocorrido diversos furtos de materiais pedagógicos, o que tem gerado frustração e tristeza entre os alunos e seus responsáveis.



Diante desse cenário, a adoção de sistemas de videomonitoramento tem se mostrado uma alternativa viável para promover maior segurança no ambiente escolar, protegendo não apenas alunos e profissionais da educação, mas também tranquilizando os familiares. A presença de câmeras contribui para o sentimento de confiança da comunidade escolar, na medida em que demonstra o compromisso da instituição com a proteção e o bem-estar de todos.

Embora a legislação federal brasileira não proíba diretamente a instalação de câmeras em salas de aula, é fundamental que essa prática seja conduzida com responsabilidade e atenção aos direitos fundamentais. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018) estabelecem garantias relacionadas à privacidade, intimidade, imagem e dignidade dos envolvidos.

Para a implementação dessa medida, é recomendável que a direção escolar registre em ata, com a anuência dos professores, a finalidade das filmagens, a fim de evitar constrangimentos e garantir a transparência do processo. A proposta deve ser pautada na prevenção de agressões, casos de bullying, vandalismo e situações de desrespeito entre estudantes e educadores.

Além disso, é indispensável que a comunidade escolar seja informada formalmente, preferencialmente por meio de reuniões do Conselho Escolar, sobre os objetivos e os limites do uso das câmeras. As gravações devem ser protegidas contra acessos indevidos, armazenadas de forma segura e utilizadas exclusivamente para fins institucionais e educacionais.

A utilização de câmeras de segurança como ferramenta de gestão e disciplina tem ganhado espaço em instituições que enfrentam desafios relacionados à violência e à indisciplina. Nesse contexto, os dispositivos de vigilância são percebidos como mecanismos capazes de coibir comportamentos inadequados, atuando como elementos de dissuasão ao tornar as ações mais visíveis e passíveis de responsabilização, o que remete à noção de vigilância disciplinar discutida por Michel Foucault (1979), em que o simples fato de saber-se observado modifica as condutas.

Ainda assim, a pesquisa revelou obstáculos, como a insuficiência de agentes de apoio, resistência de alguns membros da comunidade escolar, além de dificuldades na manutenção das ações de conscientização e na fiscalização do uso de câmeras, devido às restrições legais e éticas.



Aproximadamente 70% dos responsáveis e 75% dos estudantes consideram que as ações da escola têm promovido uma cultura de paz, embora reconheçam que a violência não possa ser erradicada completamente e que há necessidade de contínuo aprimoramento das práticas.

A formulação de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) em instituições de ensino inseridas em áreas afetadas por altos índices de violência e indisciplina requer um entendimento profundo das realidades sociais que influenciam o ambiente escolar. Nesses contextos, é essencial reconhecer que a violência não pode ser vista apenas como resultado de comportamentos individuais, mas como reflexo de uma rede de fatores estruturais, como desigualdade econômica, racismo institucionalizado, fragilidade nas políticas públicas, negligência no cuidado familiar e desgaste dos serviços sociais.

Nesse cenário, um dos pilares centrais do PPP deve ser o incentivo à gestão democrática e participativa. Isso implica criar espaços reais de escuta e diálogo com todos os atores da escola, estudantes, educadores, famílias, funcionários e parceiros da comunidade. Com base nessa escuta, torna-se possível compreender as necessidades específicas da escola e pensar em alternativas coletivas que fortaleçam o sentimento de pertencimento e o compromisso com o ambiente escolar. O enfrentamento da violência, portanto, deve ir além da imposição de regras e penalidades, exigindo ações voltadas à valorização da cultura local e ao fortalecimento dos laços afetivos.

Outro ponto crucial na elaboração do PPP é o incentivo a práticas pedagógicas que articulem inclusão, diversidade e desenvolvimento socioemocional. A promoção do protagonismo juvenil por meio de iniciativas como grêmios estudantis, círculos de convivência, oficinas de expressão, clubes culturais e atividades que envolvam temas como cidadania e direitos humanos devem ser incorporados ao cotidiano escolar. Como propõe Charlot (2002), é necessário que a escola se relacione com o estudante como alguém que deseja aprender e tem o direito de encontrar sentido nesse processo.

Além disso, o PPP deve estabelecer diretrizes claras para lidar com situações de conflito ou violência, prevendo procedimentos de acolhimento, registro, mediação e encaminhamento, sempre em diálogo com a rede de proteção social. A articulação com órgãos como o Conselho Tutelar, unidades de saúde, assistência social e instituições de segurança pública é indispensável para que a escola não enfrente sozinha os desafios de



seu território. Iniciativas como a patrulha escolar, ações da Guarda Municipal e programas educativos como o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) podem ser integradas ao projeto pedagógico, desde que estejam alinhadas com os princípios educativos da escola e respeitem os direitos dos estudantes, evitando qualquer forma de criminalização.

A pesquisa apresenta algumas considerações sobre a importância da educação e de seu avesso, a evasão escolar, no processo de construção da cidadania. A ausência de vínculo com a escola tende a ser apenas um elemento entre outros, embora, chave na constelação de fenômenos desafiadores que vulnerabilizam crianças e adolescentes, expondo-os aos circuitos da violência, à dinâmicas estigmatizantes e a processos institucionais de criminalização, que reproduzem e aprofundam o racismo estrutural e as desigualdades.

Muitos estudantes abandonam a escola em razão das múltiplas formas de violência que sofrem ou presenciam:

- Violência na escola: brigas, bullying, exclusão social, assédio de colegas ou professores;
- Violência da escola: reprovações repetidas, práticas humilhantes, relações autoritárias e desrespeitosas;
- Violência do entorno escolar: tráfico, assédio de grupos criminosos, insegurança para ir e voltar da escola;
- Violência estrutural: fome, negligência familiar, abandono afetivo, racismo, violência doméstica.

Charlot (2002) explica que muitos jovens “fogem” da escola por não verem sentido em permanecer ali, vítimas de uma violência simbólica que desvaloriza suas experiências e saberes.

Quando a escola deixa de exercer seu papel como espaço de socialização, desenvolvimento e proteção, o jovem se torna ainda mais vulnerável a contextos de violência:

- Alistamento pelo tráfico e crime organizado;
- Atos infracionais como furtos e assaltos (ex.: alunos que saem da escola para roubar no shopping);
- Reprodução da violência doméstica e comunitária nos próprios comportamentos;



- Desconexão com normas sociais e baixa capacidade de resolução pacífica de conflitos.

Zaluar e Leal (2001) apontam que a ausência de vínculos com a escola e com o trabalho é um dos principais fatores que empurram adolescentes para o “circuito da violência”.

Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre o papel fundamental da educação na construção da cidadania e os impactos da evasão escolar nesse processo. A ausência de vínculo com a escola, embora não seja o único fator, revela-se como um elemento central em um conjunto de fenômenos que contribuem para a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Essa desconexão tende a expô-los a contextos marcados pela violência, por dinâmicas de estigmatização e por processos institucionais de criminalização, que não apenas reproduzem, mas também aprofundam o racismo estrutural e as desigualdades sociais.

A evasão escolar, em muitos casos, está diretamente relacionada a experiências de violência vivenciadas ou presenciadas pelos estudantes. No ambiente escolar, essas violências podem se manifestar por meio de brigas, episódios de bullying, exclusão social ou até mesmo assédio praticado por colegas e, em alguns casos, por educadores. Há ainda a chamada "violência da escola", caracterizada por reprovações sucessivas, práticas pedagógicas humilhantes, autoritarismo nas relações e falta de respeito aos estudantes. O entorno da escola também pode representar um espaço de risco, com a presença do tráfico de drogas, a atuação de grupos criminosos e a insegurança cotidiana no trajeto de ida e volta. Soma-se a isso a violência estrutural, que se expressa na fome, no abandono afetivo, na negligência familiar, na violência doméstica e nas práticas racistas ainda enraizadas no tecido social.

Para Charlot (2002), muitos jovens acabam se afastando da escola por não encontrarem sentido em permanecer nesse espaço. Essa sensação de desencaixe é resultado de uma violência simbólica que silencia suas vivências, desvaloriza seus saberes e rompe com qualquer possibilidade de pertencimento. Quando a escola deixa de cumprir sua função socializadora, formativa e protetiva, esses jovens se tornam alvos fáceis para contextos marcados por múltiplas vulnerabilidades.

Entre as consequências da evasão, é possível destacar o aliciamento por organizações criminosas, como o tráfico de drogas, a prática de atos infracionais, como



furtos e assaltos, muitas vezes em locais como centros comerciais, e a reprodução de padrões violentos vivenciados no ambiente familiar e comunitário. Além disso, a ruptura com o espaço escolar dificulta o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, enfraquece a interiorização de normas sociais e compromete a capacidade de resolução pacífica de conflitos.

Nesse sentido, Zaluar e Leal (2001) apontam que a exclusão dos adolescentes tanto do sistema educacional quanto do mercado de trabalho figura como um dos principais fatores que os empurra para o chamado "circuito da violência". A ausência de perspectivas concretas de futuro, aliada à fragilidade das redes de apoio, amplia os riscos sociais enfrentados por essa população, evidenciando a urgência de políticas públicas que garantam o direito à educação de forma integral, inclusiva e contextualizada.

Conclusão

Este estudo evidencia que a gestão escolar, ao aplicar estratégias baseadas em princípios de participação, respeito, ética e mediação, consegue promover mudanças significativas na dinâmica de convivência, reduzindo os episódios de violência no ambiente escolar. A troca de horários do recreio, aliada a ações de conscientização, uso responsável de tecnologias e o fortalecimento de práticas de mediação, mostra-se uma alternativa eficaz e adaptável às particularidades de cada escola.

As ações de gestão fundamentadas nas ideias de Bernardinho (2006) e Charlot (2006) reforçam a importância de uma liderança proativa, participativa e ética, que visa criar uma cultura de paz e convivência harmoniosa. Nesse sentido, a implementação de práticas educativas, aliada à participação da comunidade escolar e ao respeito às legislações pertinentes, é fundamental para o sucesso dessas estratégias.

Por fim, recomenda-se que as escolas mantenham uma postura inovadora e reflexiva, promovendo continuamente ações de avaliação e aprimoramento de suas políticas de enfrentamento à violência. A formação permanente de professores, o fortalecimento de programas de mediação e o envolvimento efetivo de toda a comunidade escolar são essenciais para consolidar uma cultura de paz que favoreça o pleno desenvolvimento do educando.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERNARDINHO, José. *Gestão Escolar e Cultura de Paz*. São Paulo: Editora X, 2006.



CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CHARLOT, Bernard. *Lições da Fronteira*. São Paulo: Edusp, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

ZALUAR, Alba; LEAL, João H. V. *Juventude, violência e vulnerabilidade social: o caso das favelas cariocas*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Violência social sob a perspectiva da saúde pública*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

¹ Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção(UAA) –PY, flaviamestrado2019@gmail.com

